



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0502771-98.2007.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Municipais**
 Requerente: **Prefeitura Municipal de São Carlos**
 Requerido: **Marcio Luis de Barros Marino**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Fls. 78/81: Recebo os embargos, eis que tempestivos e os acolho, pois, de fato, há omissões e contradições na sentença de fls. 139 e v. que precisam ser corrigidas, ressaltando-se que foi dada oportunidade ao embargado de se manifestar, em contraditório, em vista do caráter infringente dos embargos, quedando-se ele silente (certidão fls. 148).

Trata-se de execução fiscal referente a Taxas Mobiliárias dos exercícios de 2001 e 2002. A constituição definitiva dos créditos correspondentes ocorreu na data do vencimento de cada prestação, a partir do qual começou a correr o quinquênio prescricional.

Conforme se observa do documento encartado às fls. 133/137, compareceu o executado perante a repartição pública municipal em 17 de março de 2004 e firmou acordo para pagamento do débito (exercícios de 2001/2002), de forma parcelada, conforme Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento do Débito (fls. 132/133).

É cediço que o parcelamento do débito suspende a exigibilidade do crédito tributário, conforme disposto no artigo 151, inciso VI do Código Tributário Nacional, tratando-se, ainda, de causa interruptiva de prescrição conforme artigo 174, parágrafo único, inciso IV do mesmo instituto.

Assim, verificando-se que o parcelamento não foi cumprido, aplica-se ao caso concreto a Súmula nº 248 do extinto TFR, a qual estabelece que “o prazo da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal recomeça a fluir do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado”.

Nesse sentido:

'PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. PEDIDO DE PARCELAMENTO. ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DO CTN. CITAÇÃO. CORREIO. VALIDADE. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO. REQUISITOS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7-STJ. VALOR EXPRESSO EM UFIR. POSSIBILIDADE. 1. **'O acordo para pagamento parcelado do débito tributário é ato inequívoco que importa no seu reconhecimento pelo devedor, interrompendo a prescrição, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do CTN'** (RESP 145.081/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 17.05.04). 2. A carta citatória é válida quando recebida no endereço do executado, mesmo por outra pessoa. 3. A aferição de certeza e liquidez da certidão de dívida ativa ou o preenchimento dos requisitos de sua validade demandaria a incursão na seara probatória, o que é vedado na via especial, a teor do disposto na Súmula 7 desta Corte. 4. Esta Corte preconiza que a UFIR pode ser utilizada para indicar o valor da certidão de dívida ativa, sem que com isso lhe retire a liquidez. Precedentes. 5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, improvido. (REsp 430413/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2004, DJ 13/12/2004, p. 279).

O parcelamento do débito referente aos exercícios de 2001 e 2002, como já dito, ocorreu em 17.03.2004, e a ação foi proposta em 11.12.2007, portanto, dentro do prazo prescricional de cinco anos contados a partir do descumprimento do acordo de parcelamento.

Assim, com razão o Município.

Ante o exposto, dá-se provimento aos embargos para modificar a sentença embargada e deixar de acolher a exceção de pré-executividade.

Não há condenação em honorários, pois se trata de mero indeferimento de pedido formulado em incidente.

Nesse sentido é a jurisprudência pacífica do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

NÃO CABIMENTO. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. Não se conhece da tese de violação dos arts. 618, I, 26, § 2º, do CPC, 4º, parágrafo único, da Lei n. 10.684/2003 e 13, § 3º, da Lei n. 9.964/2000, uma vez que não foram debatidas no âmbito do acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos de declaração. Incide, portanto, o disposto na Súmula 211/STJ, por ausência de prequestionamento.

2. Não há como averiguar possível discordância entre o valor executado a título de honorários advocatícios e o estipulado no título executivo, ante a necessidade de revolvimento de matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Entendimento pacífico desta Corte quanto ao não cabimento de honorários advocatícios em sede de exceção de pré-executividade julgada improcedente. Precedentes: AgRg no Ag 1259216/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17.8.2010; AgRg no REsp 1098309/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 22.11.2010; REsp 968.320/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 3.9.2010; EREsp 1048043/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, DJe 29.6.2009 (grifei).

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido (REsp 1256724 RS 2011/0101906-6 Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES)".

Prossiga-se com a execução, manifestando-se a exequente em termos de prosseguimento.

P R I C

São Carlos, 01 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**